

Leite pede ajuda a Lula para evitar demissões

Governador gaúcho antecipou ontem demandas ao presidente em Brasília; hoje ambos têm novo encontro no RS

/ CLIMA

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), teve um encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nesta quarta-feira e pediu ajuda para a manutenção dos empregos e a reposição de receitas no Estado, em função da tragédia climática.

Leite afirmou que é preciso ter um apoio do governo federal às empresas sob pena de uma série de demissões. “A maneira de resolver isso é ter um programa como na pandemia, em que o poder público faça o pagamento de parte dos salários e evite as demissões”, disse o governador em

entrevista no Palácio do Planalto.

Leite solicitou também um programa de recomposição de rendas. “O governo e as prefeituras vão sofrer, como já sofreram em maio, junho, julho e nos próximos meses, uma queda muito forte da arrecadação, o que vai prejudicar a prestação de serviços à população do lado da arrecadação do Estado. A gente teve a suspensão da dívida, mas a suspensão da dívida é toda canalizada para a reconstrução.”

A demanda foi entregue ao presidente, junto com um ofício com as solicitações. A reunião teve a presença de outros governadores. Leite tinha a expectativa

de se reunir a sós com o presidente. Ele viajará ao Rio Grande do Sul nesta quinta-feira junto com Lula e espera que os dois possam conversar mais. O governador disse que ele solicitou a viagem conjunta e que o presidente ofereceu a carona no voo quase que simultaneamente.

Além do encontro com Lula, Leite vai à Câmara e ao Senado tratar de ajudas ao Estado. O governador também afirmou que iria ao Ministério da Fazenda. Segundo aliados, porém, a agenda tanto na Fazenda como no Ministério do Trabalho foram canceladas.

De acordo com Leite, há 500 mil empresas no estado – exce-

tuando-se as individuais – das quais 35 mil estão em áreas alagadas e precisam de apoio. Além disso, o governador citou que há uma perda grande de arrecadação tanto por parte do estado como dos municípios. “(Nos) meses de maio, junho e julho será de pelo menos R\$ 3 bilhões a perda de arrecadação para o estado e para os municípios também”, comentou o governador.

“E aí é que nós estamos insistindo. Além de eu ter a manutenção de emprego e renda a partir de medidas, como na pandemia foram adotadas, também pedimos uma medida de reposição de receitas, porque o ente federativo que tem capacidade e fôlego para isso

é a União”, avaliou.

O governador gaúcho também pontuou que a suspensão do pagamento das parcelas referentes à dívida do RS com a União não é suficiente para recompor as receitas do Estado.

“O governo do Estado deixa de pagar para a União e é obrigado a depositar num fundo vinculado às ações de reconstrução do RS. De um lado, o que deixo de pagar da dívida está sendo pago numa conta apartada, mas a despesa corrente do Estado, para manutenção dos serviços, de rotina ordinária... estou vendo minha receita despencar - não apenas o governo do Estado, como as prefeituras”, relatou Leite.

Prefeitura retira da pauta de votação projetos voltados para reconstrução de Porto Alegre

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

O prefeito da Capital, Sebastião Melo (MDB), solicitou a retirada de projetos de lei voltados à reconstrução da cidade da pauta de votação da Câmara Municipal. A decisão foi tomada após a base governista auxiliar na aprovação de emendas que a prefeitura orientava rejeitar.

De acordo com a líder do governo em exercício, vereadora Cláudia Araújo (PSD), os parlamentares aliados a Melo devem se reunir para discutir as emendas e os projetos, objetivando que a votação deles não ocorra novamente “da forma apresada em que foi feita (nas últimas sessões)”. A expectativa de Cláudia é de que o retorno do pacote de projetos para apreciação ocorra em cerca de 15 dias.

Os projetos foram encaminhados ao Legislativo durante o último mês. Como traziam respostas às enchentes, para acelerar os trâmites burocráticos e torná-los aptos para votação foi realizada uma reunião conjunta das comissões. Dessa ma-

neira, os 11 projetos começaram a ser apreciados na quarta-feira da semana passada, com a pauta sendo continuada nesta segunda-feira. Ao todo, oito projetos foram aprovados nas duas sessões plenárias, faltando três que seriam votados nesta quarta-feira se não tivessem sido retirados da ordem do dia.

O problema – para a prefeitura – foi que durante as duas sessões em que os projetos do Executivo foram votados, foram aprovadas emendas que o governo gostaria de derrubar. A alegação, em ambos os casos, era de que as proposições afetariam as finanças municipais, sendo inviáveis no momento.

Em um dos projetos votados na quarta-feira passada e que alterava dispositivos do Programa Municipal de Recuperação Emergencial e Auxílio Humanitário, duas emendas foram aprovadas com votos da base governista, contra a orientação da prefeitura. Uma delas ampliou o valor do benefício “Estadia Solidária” de R\$ 700,00 para R\$ 1.600,00.

Essa emenda foi proposta pelo vereador Cláudio Janta (SD), que já

foi líder do governo Melo na Câmara. O placar foi estrondoso, com 26 votos favoráveis e apenas 9 contrários. Até mesmo o MDB, partido do prefeito, se dividiu, com a vereadora Tanise Sabino (MDB) apoiando a aprovação da emenda.

Apesar da aprovação das emendas, cabe a Melo sancionar ou vetar as mudanças no texto original do projeto. De acordo com o parlamentar Pablo Melo (MDB), a expectativa é de que seja realizado veto devido ao impacto nas finanças municipais, que poderia deixar dívidas para o prefeito que assumirá o Executivo no próximo ano. O vereador afirma que o dirigente conseguiria sancionar um aumento no benefício para no máximo R\$ 1.000,00.

No mesmo projeto, houve, inclusive, a aprovação por unanimidade de outra emenda que a prefeitura orientou pela rejeição. De autoria do presidente da Câmara, Mauro Pinheiro (PP), o projeto também ampliava os recursos empenhados pelo Executivo por meio de auxílios. Dessa forma, na redação final do projeto de lei que irá para a sanção de



Líder do governo em exercício, Cláudia Araújo busca unificar a base

Melo, o auxílio humanitário será de R\$ 5.240,00 e o auxílio para retomada econômica de R\$ 6.287,00.

Na segunda-feira, o cenário se repetiu na votação de um projeto que suspendia o pagamento de alguns tributos por afetados pela enchente, incluindo o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Dessa vez, mais derrotas na aprovação de emendas foram expressivas para o governo.

Uma das propostas aprovadas a contragosto e por unanimidade ampliava o período da remissão do IPTU para moradias atingidas pelas enchentes. O secretário da Fazenda, Rodrigo Fantinel, que acompanhava a sessão, afirmava aos apoiadores que, caso aprovada, a emenda da bancada do Novo “quebraria” financeiramente a prefeitura. Porém, não obteve êxito em convencer os governistas.

CPI da CEEE Equatorial tem data de retorno alterada

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da CEEE Equatorial da Câmara Municipal de Porto Alegre teve sua data de retorno dos trabalhos alterada mais uma vez.

Interrompida pelo alagamento do Legislativo durante a enchente que atingiu a capital gaúcha, a investigação deveria

retornar na reunião da próxima quinta-feira.

Entretanto, a data precisou ser novamente adiada, sendo reagendada para o dia 17 de junho, uma segunda-feira.

Em princípio, as normas da Câmara Municipal não permitem que sessões de CPIs sejam realizadas nos mesmos dias das votações dos parlamentares, que ocorrem nas segundas

e quartas-feiras, durante as sessões plenárias.

Porém, como o Legislativo de Porto Alegre está dependendo do auxílio de geradores de energia elétrica para funcionar, o prédio somente tem aberto nesses dias.

Dessa forma, excepcionalmente, as reuniões da CPI foram transferidas para as segundas-feiras, das 9h às 12h.

DR. ALCEU KNIJNIK
CREMERS 6753

MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA

DIABETE - TIREÓIDE
ALTERAÇÕES DO COLESTEROL

PRAÇA DOM FELICIANO, 78 CJ. 1101 - CENTRO - PORTO ALEGRE

FONE 3221.7172